

Integralismos: exame das teorias políticas do Integralismo Lusitano e a Ação Integralista Brasileira

Felipe Azevedo Cazetta
Doutorando em História pela UFF
felipecazetta@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo tem como objeto de análise os movimentos Integralismo Lusitano (IL) e Ação Integralista Brasileira (AIB). Diante destes, há o objetivo de examinar algumas divergências e consonâncias existentes nas teorias destes movimentos com a proposta de esclarecimento à questão: o que faz o movimento português e o brasileiro se denominarem “Integralismo”?

PALAVRAS-CHAVE: Integralismo, Conservadorismo, Teoria.

ABSTRACT: This article aims to review the theoretical edifice that makes up the movements Integralismo Lusitano (IL) and Ação Integralista Brasileira (AIB). Given these, the goal examines some differences and consonances in existing theories of these movements with the proposal of the clarification the question: what does make the movements call themselves “Integralism”?

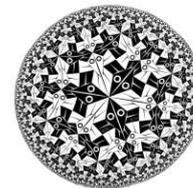
KEYWORDS: Integralism, Conservatism, Theory.

Apresentação: contexto de surgimento dos integralismos

Este artigo tem como objetivo analisar o edifício teórico dos movimentos Integralismo Lusitano (IL) e Ação Integralista Brasileira (AIB). Este exame das respectivas teorias que revestem os grupos e questão será realizado sob a finalidade de, posteriormente, apresentar a conclusão de qual a justificativa de ambos os movimentos denominarem-se “Integralismo”, embora apresentem particularidades que os definam enquanto movimentos distintos.

Portanto, trata-se de uma pesquisa voltada para a história das ideias, porém, no intuito de historicizar tais ideias a serem trabalhadas, há a necessidade de tecer apresentação do contexto vivido pelos autores das teorias que serão analisadas. Esta tarefa facilitará a percepção das tensões e problemas políticos e identitários que afetaram estes atores históricos, impelindo-os à formulação de estratégias para retirar seus países da instabilidade existente, segundo a concepção destes.

Deste modo, ainda que sejam as teorias o foco central desta pesquisa, a experiência dos formadores dos projetos políticos integralistas (sejam eles o lusitano, ou o proveniente da Ação Integralista Brasileira) são determinantes na concepção dos arcabouços teóricos que sustentaram os movimentos. Dito isto, entende-se, neste artigo, ser obrigatória a apresentação do contexto em que os integralistas estavam inseridos, para posteriormente passarmos para o exame de suas



teorias.

A Universidade de Coimbra foi o local onde os futuros integralistas lusitanos se colocaram em contato. Entre os anos de 1905 e 1908 um contingente relevante daqueles que tornaram membros do Integralismo Lusitano (IL) se inseriram na academia. Neste intervalo, a monarquia portuguesa esboça os sinais mais evidentes de seu colapso, decretando seu término em 1910. Para António Costa Pinto “O meio estudantil de Coimbra constitui, a partir da crise de 1907, um reflector ampliado do desmoronamento do rotativismo liberal, pano de fundo do período que decorre entre a ditadura franquista e o 5 de Outubro de 1910”¹.

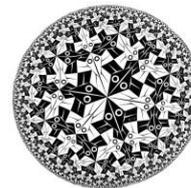
Diante destes sinais de esgotamento dados pelo regime monárquico, a causa republicana toma espaço na Universidade de Coimbra, possuindo como reflexo a fundação do Centro Acadêmico Republicano (CAR). Como reação a esta demonstração de força, em 1908 surge o Centro Acadêmico Monárquico (CAM), em busca de tornar coeso, ao redor da causa monárquica, o corpo estudantil conservador presente na Universidade de Coimbra. Dentre os nomes inscritos no CAM, está Alberto Monsaraz – personagem que quatro anos depois, juntamente com Hipólito Raposo e António Sardinha, será o formador da revista *Nação Portuguesa*.

Estas polarizações políticas iniciais não fornecem evidências válidas para a compreensão da organização e constituição teórica do movimento. Neste período, é possível encontrar integralistas tanto em movimentos republicanos quanto nas organizações acadêmicas monárquicas. Como amostra destas dissonâncias políticas, Costa Pinto cita: “Em 1908, por exemplo, o CAM saúda D. Manuel em abaixo assinado, aparecendo Almeida Braga entre os nomes. Nas respostas dos estudantes republicanos estão, entre outros, (...) António Sardinha”². O engajamento político, diante destes contrastes, não é visto como elemento de coesão durante a formação e os primeiros anos do IL.

As discordâncias quanto às posturas ideológicas não afastaram o grupo, em função do eixo de polarização de seus membros concentrar-se no âmbito cultural/intelectual, conforme denuncia Hipólito Raposo. Relatando os percursos seguidos por seus companheiros, durante o término dos estudos na Universidade de Coimbra, o autor descreve: “O ano de 1910-1911, último de nossa formatura, passava-o em Coimbra quási todo o grupo de bons companheiros que, a sério e desde muito cedo se preocupavam com questões intelectuais e nacionais, e eram

1 PINTO, António Costa. A Formação do Integralismo Lusitano. *Análise Social*. Lisboa, Vol. XVIII (n. 72-73-74), – 3º-4º-5º, p. 1411-1412, 1983.

2 PINTO, António Costa. A Formação do Integralismo Lusitano, p. 1412.



fraternos amigos uns dos outros”³.

A síntese destes aspectos levantados em relação ao IL (o aristocratismo intelectual; a preocupação com a questão cultural/intelectual em detrimento de uma inexistente identidade política, e conseqüentemente; a unidade pelo viés literário), é encontrada na constatação de Leão Ramos Ascensão, integralista de segunda geração, ao fazer menção que:

Os fundadores do Integralismo Lusitano, na sua maior parte, antigos companheiros da Universidade de Coimbra, que uma camaradagem unira estreitamente. Não que houvesse afinidades políticas entre eles: uns eram monárquicos, outros republicanos ou indiferentes e outros que ainda não tinham concluído. O que os ligava eram afinidades literárias e estéticas, era uma comum preocupação cultural, era a superioridade da inteligência que os ligava e os levava a afastar-se desdenhosamente das truculências demagógicas e das paixões acadêmicas de então.⁴

Uma série de fatores irão influenciá-los no adiamento do contato com a política. Dentre estes aspectos, o elitismo possui um peso relevante na opção tomada pelo grupo, determinando seus rumos teóricos. Esta característica, comum aos adeptos do IL, levam-nos à condenação do sufrágio, por fornecer grande potencial de poder decisório às massas, segundo eles, incultas.

Tal veto à participação popular na política irá definir a defesa das monarquias hereditárias em detrimento dos regimes liberais (monárquicos ou republicano). Sardinha, principal mentor do IL, disserta que não há “Nada mais antinatural nem mais anticientífico do que a ilusão jacobina! A hereditariedade do poder, pelo contrário, é um facto da natureza, afixado nas relações da sociabilidade humana pelos exemplos do passado”⁵.

Desta maneira, o Portugal utópico construído pelos integralistas possuiria características medievais. Hipólito Raposo, um dos formadores do movimento, desenha o projeto político de Estado Monárquico Orgânico inspirado no período feudal. Portanto, tanto o Portugal da Idade Média, quanto o Estado ideal dos integralistas seriam organizados por “(...) concelhos na forma comunal e ruralista, formavam pequenos estados, agregados orgânicos dos interesses das famílias, células vivas de uma nação preexistente”⁶.

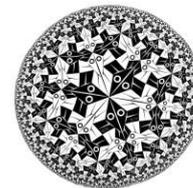
A partir deste modelo, observa-se a postura anti-cosmopolita, municipalista e acima de tudo corporativista, visando restaurar uma experiência monárquica medieval idealizada pelos

3 RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano*. Lisboa: Livraria Ferin, 1929, p. 31.

4 ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano*. Lisboa: Versão digital de 1943 “Edições Gama.” p 10. Captado em: www.causanacional.net. Acesso em 16 mar. 2011.

5 SARDINHA, Antônio. *Ao Ritmo da Ampulbeta*. 2ª ed. Lisboa: QP, 1978, p. 128.

6 RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos: ...* p. 87.



integralistas. Sob esta formação, Portugal encarnaria: a crença no destino rural, representado pela pequena propriedade fundiária; a religiosidade católica como aspecto inerente ao nacionalismo português, e; a tensão entre a ruralidade e a industrialização, onde esta última colocaria em risco a nacionalidade lusitana.

Na utopia integralista não existiria espaço para a participação política das massas, sendo condenado o constitucionalismo, o parlamentarismo e o sufrágio individual. “Ao individualismo abstrato e eleitoral que fazia da nação um ajuntamento de indivíduos, na constante guerra civil dos partidos, vínhamos nós opôr os grupos humanos naturais da Família, da Freguesia, da Oficina, da Escola, do Concelho, da Província [...]”⁷.

Diante desta postura de rejeição aos valores presentes na República de 1910, os futuros integralistas envolveram-se na oposição política ao regime, ora colocando-se em exílio na Bélgica, na França e na Espanha, estabelecendo contato com outras concepções monárquicas de extrema-direita, tal como *l'Action Française*; ora fazendo parte de grupos milicianos armados pela derrubada da República.

Esta última alternativa citada foi lançada por Luís de Almeida Braga e por Rolão Preto entre os anos de 1910 e 1912. Ambos participaram de golpes frustrados, ocorridos no norte do país, e liderados por Paiva Couceiro. Após a derrota, Almeida Braga e Rolão Preto se encontrarão em maio de 1913, na Bélgica, junto a outros de seus colegas.

Em contato com as concepções antiliberais que circulavam na Europa, o grupo de ex-estudantes da Universidade de Coimbra, agora exilados, organizaram em 1913 a revista *Alma Portuguesa*. Possuindo como integrantes

(...), Domingos Gusmão Araújo, Luis de Almeida Braga, Rolão Preto e outros rapazes emigrados em Gand, para onde arrastou o desastre da segunda incursão da Galiza, fundavam a revista *Alma Portuguesa*, de efêmera duração em que pela primeira vez aparece concretamente formulado, embora num sentido puramente literário, o nacionalismo português.⁸

Tal revista, de subtítulo *Órgão do Integralismo Lusitano*, possuiu apenas dois números (lançados em maio e em setembro de 1913), porém, foi o primeiro esforço de organização teórica do grupo, sob o formato de um movimento. Em 1911, ainda republicano, Sardinha permanece em Portugal, convertendo-se, um ano depois, à causa monárquica após frustração com a experiência republicana.

7 _____. *Dois Nacionalismos*: ... p. 41.

8 _____. *Dois Nacionalismos*:... p. 37.



No Brasil, as últimas décadas do século XIX e os anos iniciais do século XX são marcadas pela transição do período monárquico para o modelo republicano. Embora tenha sido implantado sem grandes conflitos civis, o regime republicano foi duramente atacado por alguns intelectuais opositores do regime liberal, em virtude das turbulências sociais, descontrolado econômico e descentralização política que se seguiram após o início de sua vigência.

O contexto era de preocupação em torno da desagregação do Estado, frente à adesão ao federalismo e ao regime democrático-liberal; de reação ao liberalismo; às modificações da tradição moral nacional; à penetração de ideologias de esquerda. Diante deste cenário, alguns intelectuais provenientes dos setores médios da sociedade, influenciados pelos acontecimentos internos (Tenentismo; coluna Prestes; articulação do movimento operário, organizando as primeiras greves de grandes dimensões), e voltando atenção para as experiências políticas centralistas e autoritárias que despontavam na Europa (principalmente a Itália de Mussolini), irão fomentar movimentos de postura de direita-extremista no Brasil. Nesta condição, encontra-se Plínio Salgado, formador da Ação Integralista Brasileira.

Salgado possuiu participação discreta na Semana de Arte Moderna de 1922, considerando-se no período, uma das “promessas sem livros” presentes naquele grupo de artistas⁹. Porém, 1926 será o ano em que encontrará sua projeção como escritor, através do lançamento de *O Estrangeiro*. Neste mesmo ano Salgado liga-se à corrente nacionalista do modernismo, denominada “Grupo Verde Amarelo” e, posteriormente, ao “Anta”¹⁰. Ainda que possam ser encontrados vestígios do movimento artístico modernista em sua teoria, a criação da AIB deve-se mais à Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que à formação literária de seus dirigentes. Sobre o assunto, Plínio Salgado nos informa que:

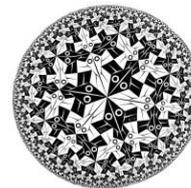
A obra selecionadora da S.E.P. deveria durar por um ano. A destruição do jornal em que eu ia formando adepto, precipitou a transformação do instituto cultural, que foi absorvido por uma de suas seções (...). Essa seção chamava-se 'Ação Integralista Brasileira.' Era o fruto que irrompia da flor.¹¹

A SEP foi de grande importância para o integralismo, colocando em contato lideranças extremistas regionais espalhadas por todo território nacional sendo, algumas delas, incorporadas pela AIB. Após esta fusão de movimentos de direita extremista regionais, tais como o *Partido Nacional Sindicalista* de Olbiano Mello, e a *Legião Cearense do Trabalho* chefiada por Jeovah Motta e

9 SALGADO, Plínio. Despertemos a Nação. In. *Obras Completas*. v.10. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 11.

10 ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução*. O integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987, p. 22.

11 SALGADO, Plínio. Despertemos a Nação, p. 23-24.



Helder Câmara¹², a AIB passa a ser o grupo de extrema-direita de maior projeção em cenário brasileiro. Reflexo desta amplitude conquistada pelo movimento expressa-se nos objetivos defendidos e apresentados pelo *Monitor Integralista* – órgão oficial de informação da AIB – entre os quais estão: “Pleitear para o Brasil a implantação de um regimen político-social, tão sómente baseado na concepção do Estado Totalitário, ou Estado Integral”¹³.

Fato marcante na formação das fileiras integralistas está no peso que a religiosidade ocupa para a adesão e no potencial de mobilização entre os integrantes, mesmo considerando as diferenças na intensidade deste fervor entre as lideranças do integralismo. Hégio Trindade afirma que “O fato relevante, porém é que não obstante estas diferenças de intensidade da prática religiosa, a religião, e tudo o que se vincula à filiação e à crença religiosa, é muito valorizado entre os integralistas de todos os níveis”¹⁴.

A identificação dos preceitos religiosos no movimento de Plínio Salgado auxiliou a adesão de simpatizantes católicos, como forma de combate ao materialismo. A coincidência entre os pilares da “reação católica” e a fórmula de anticomunismo, antiliberalismo, e retomada das tradições morais cristãs, trouxeram bons frutos para a AIB. Por intermédio da citação retirada de Alexandre Bankl Batista, conclui-se que

A AIB propagou-se celeremente nos meios católicos, atingindo várias regiões do Brasil e deixando realmente exultantes vários membros da hierarquia católica. Para a Igreja o integralismo assemelhava-se aos poços artesianos que 'nascem no mesmo lençol oculto no seio da terra, sobe irresistível, em altos jatos do subsolo em todos os Estados do Brasil.¹⁵

Oferecendo como proposta política o projeto anti-cosmopolita, anti-materialista (portanto contra o liberalismo e o comunismo) e utilizando largamente da religiosidade de seu líder Plínio Salgado, o integralismo gozou de grande popularidade no período de sua vigência. Suas propostas despertaram simpatia em setores externos ao movimento, tais como o exército e a Igreja.

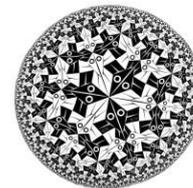
Diante da organização como movimento de massas, há a necessidade de estender-se ao

12 TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. São Paulo, Difel/ Porto Alegre: UFRGS, 1974, p. 132.

13 *O Monitor Integralista*. Segunda quinzena de Dezembro de 1933. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP. Fundo Plínio Salgado. 131.021-131.038 038.

14 TRINDADE, Hégio. *Integralismo: ...* p. 154-155.

15 TONINI, Veridiana M. *Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfram Metzler (1932-1957)*. Passo Fundo: UPF, 2003, p. 43. *apud*. BATISTA, Alexandre Bankl. *Mentores da Nacionalidade: a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 37.



longo do território nacional preservando sua uniformidade, considerando as franjas militantes mais afastadas geográfica e ideologicamente. Internamente, a AIB contava com um vasto aparato de organização de seus militantes, e controle hierárquico, expresso pelo uso de uniformes, saudações, rituais e cerimônias, visando tornar seu adepto caixa de ressonância da doutrina integralista. Segundo Patrícia Schmidt, “Além das padronizações, os ritos geram um sentimento de pertencimento nos indivíduos, que se sentem pertencendo a uma comunidade, criam relações de sociabilidade”¹⁶.

Por meio desta apresentação acerca de ambos os movimentos integralistas, observa-se que enquanto no IL há o predomínio do conservadorismo político e o tradicionalismo como alguns dos eixos centrais de seu projeto político, visando restringir ao máximo a participação popular nas esferas decisórias de Poder; a versão integralista brasileira opta pelo radicalismo de direita, adotando a mobilização das massas como fórmula de se chegar ao governo.

Feita a apresentação do Integralismo Lusitano e da AIB, há neste artigo, o interesse em estabelecer exame sobre a teoria dos dois movimentos, visando esclarecer a justificativa de ambos os grupos se denominarem “Integralismos”. Este objetivo será alcançado através da observação dos arcabouços teóricos dos respectivos movimentos.

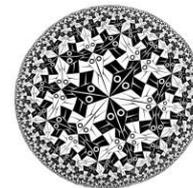
Integralismo Lusitano: da gênese literária às pretensões políticas

Conforme dito anteriormente, diante da pluralidade política encontrada inicialmente no interior do Integralismo Lusitano, suas origens são situadas nos campos da literatura. Não por acaso, os futuros membros do IL dedicaram-se, ao início da organização do grupo, às causas cultural e moral, para, posteriormente, formularem questões de domínio da política – conforme pode ser evidenciado no subtítulo da revista *Nação Portuguesa: Revista de Cultura Nacionalista*. As atenções aos assuntos políticos surgirão apenas em um segundo momento. Todavia, no decorrer de seus anos de atuação (1914-1922), o movimento irá tomar contornos de simpatia à restauração monárquica. Segundo Costa Pinto “O seu projeto poder-se-ia resumir ao da restauração de uma monarquia corporativa, antiliberal, descentralizada e tradicionalista”¹⁷.

O IL, conforme ressalta Leão Ramos Ascensão, integralista de segunda geração, “(...) foi

16 SCHMIDT, Patrícia. *Plínio Salgado: o discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2008, p. 118.

17 PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis: Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal – 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 25.



um movimento de combate à República e à Monarquia Constitucional em prol da Monarquia orgânica tradicionalista e anti-parlamentar”¹⁸. Como movimento tradicionalista que era, o IL demonstrava-se avesso a qualquer tipo de modernização, seja ela política ou econômica.

Esta postura era refletida nas obras dos integralistas, permeadas pelo anti-cosmopolitismo, anti-industrialização, simpatia ao retorno à vida rural e às corporações de ofícios. Esta espécie de “fuga para o campo” proposta pelo IL se fundava na crença de perversão da moral, da família e da profissão, ocorridas nas cidades, diante da presença do liberalismo econômico e político. Estes aspectos estão presentes nas palavras de António Sardinha:

Infelizmente tudo se subverteu com o advento da Democracia, - até as vocações tornavam por vezes verdadeiros génios na sua esfera os artífices de outrora. Contribuiu bastante para esse facto lamentável, não só a concorrência da máquina, que veio dispensar a intervenção da inteligência no trabalho, como também desgosto da sua situação em que o arrivismo de nossos tempos lançou o produtor.¹⁹

Através deste presente nebuloso, desenhado por Sardinha, e compartilhado pelos demais integralistas, a solução alternativa, formulada pelo grupo, estaria na Monarquia Orgânica. Desta maneira, o Portugal utópico possuiria características medievais. Hipólito Raposo desenha o projeto político de Estado Monárquico Orgânico inspirado no período feudal. Portanto, tanto o Portugal da Idade Média, quanto o Estado ideal dos integralistas seriam organizados por “(...) concelhos na forma comunal e ruralista, formavam pequenos estados, agregados orgânicos dos interesses das famílias, células vivas de uma nação preexistente”²⁰. Portanto, este modelo aponta para um projeto de Estado anti-cosmopolita, municipalista e acima de tudo corporativo, visando restaurar uma experiência monárquica medieval idealizada pelos integralistas.

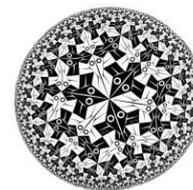
Nesta utopia integralista, a narrativa em torno do Portugal medieval se faz de forma idealizada, onde são predominantes as imagens do reino pacífico, pacato e próspero, tomado pelo equilíbrio entre a monarquia, as côrtes, os municípios e as corporações²¹. Deste mito, podem ser destacados como elementos característicos: a crença no destino rural, representado pela pequena propriedade fundiária de Portugal; a religiosidade católica como aspecto inerente ao nacionalismo português, e; a tensão entre a ruralidade e a industrialização, onde esta colocaria em risco a

18 ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano*. Captado em: www.causanacional.net. Acesso em 16 mar. 2011.

19 SARDINHA, António. *Ao Ritmo da Ampulbeta*, p. 223.

20 RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos*: ... p. 87.

21 cf.:BARREIRA, Cecília. Três nótuas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia nas páginas da “Nação Portuguesa”, - 1914-1926. *Análise Social*, Ano XVIII, p. 1421, 1983; CARDOSO, Miguel Esteves. Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano. *Análise Social*. Ano XVIII, vol. 3º-4º-5º, p. 1402, 1982.



nacionalidade lusitana.

Todavia, este mito divide espaço no arcabouço integralista com a retórica acerca da Vocação Marítima de Portugal. Esta perspectiva – defendida por vezes nas obras de Ant nio Sardinha, e vista com certa desconfiança entre os demais integrantes da primeira geração do movimento – entendia estar no Imp rio Ultramarino portugu s   miss o evangelizadora do mundo, disseminando a palavra cristã para os povos do além-mar. Nesta proposta, o mentor do IL defende que “*Sólo los españoles y los portugueses supieron verdaderamente colonizar, elevando a las razas inferiores a una sociabilidad mayor, esmaltado con los preceptos de la fe cristiana*”²².

Esta interpretaç o do passado de Portugal traz consigo a esperança do retorno do país ao seu antigo lugar de pot ncia marítima, figurando entre as fileiras de países hegem nicos da Europa. Não   gratuita a adesão da segunda geração a esta narrativa, sendo alguns de seus integrantes, nomes de destaque para a ditadura de Salazar, casos de Marcelo Caetano, Pedro Teot nio Pereira e Manuel Múrias.²³

Dividindo espaço com a Monarquia entre os suportes teóricos do IL, a religião católica é um denominador comum entre estes dois mitos. Portanto, o nacionalismo do movimento seria revestido pela tradição, logo relacionada à Monarquia Orgânica, e pela religiosidade, conforme explicita Hipólito Raposo: “Nos seus [do IL]  ndices ficou expressa a aspiração do nosso Nacionalismo que   monárquico e católico”²⁴. Nesta perspectiva, a Igreja   vista pelo movimento português como suporte da identidade nacional, abalada desde os anos iniciais do século XX em razão da substituição da monarquia pelo Estado liberal republicano.

A partir da formação de tais leituras de passado utópico, sustentadas pelo Integralismo, ocorrerá a sistematização da teoria do movimento. Através da consolidação da leitura comum do passado, e do projeto político de retorno   monarquia orgânica, os integralistas lusitanos classificam-se como tradicionalistas. Sardinha expõe a fórmula do patriotismo integralista, através do amor ao passado, ou seja, “  imperioso ressuscitar o antigo patriotismo. Não o ressuscitamos senão pelo regresso ao amor ao nosso passado”²⁵.

Concomitante a esta “ressurreição do antigo patriotismo”, há na trajetória política do movimento integralista, sucessivas tentativas de negociação com D. Manuel II (filho do rei D.

22 SARDINHA, Ant nio. *La Alianza Peninsular*. Tradução para o espanhol de Marqu s de Quintamar – Conde de Santiba ez del Rio. Madrid, Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, 1930. p. 71.

23 CARDOSO, Miguel Esteves. Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saude, o sebastianismo e o integralismo lusitano, p. 1403.

24 RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano*, p. 105.

25 SARDINHA, Ant nio. *Ao Ritmo da Ampulbeta*, p. 118.



Miguel, deposto por D. Pedro I do Brasil), para que este fosse o representante da Monarquia-orgânica, tal como concebida pelo IL. Porém o intento de restabelecer aquele projeto de monarquia foi impedido definitivamente em 1922, após o Pacto de Paris.

Neste tratado, colocava fim à questão dinástica que envolvia as duas vertentes da Casa de Bragança reconhecendo o trono de D. Manuel II. Em contrapartida “relegava-se a questão dos princípios para umas hipotéticas Cortes Gerais, cuja constituição se ignorava”²⁶. O pacto firmado entre os dois ramos da dinastia de Bragança frustrou os planos dos integralistas em firmar a monarquia pretendida, pois, na concepção do movimento

O Pacto de Paris é na sua essência e apesar de qualquer referência à Carta Constitucional a mais completa afirmação de parlamentarismo, porque por ele se coloca o Parlamento acima dos direitos de Deus na questão religiosa, dos direitos do Rei na questão dinástica, dos direitos da Nação na questão constitucional.²⁷

Constata-se a rejeição ao parlamentarismo e, por consequência, à República democrática liberal. Em *Dois Nacionalismos*, Hipólito Raposo torna visível esta oposição ao liberalismo, oferecendo como alternativa o regime corporativo. Ao compreender a democracia como uma luta entre partidos políticos, oferece a hierarquia como modo de ordenar os anseios político-sociais.

Ao individualismo abstrato e eleitoral que fazia da nação um ajuntamento de indivíduos, na constante guerra civil dos partidos, vinhamos nós opôr os grupos humanos e naturais da Família, da Freguesia, da Oficina, da Escola, da Província que as constituições da Monarquia e da República tinham ignorado. À ideia de igualdade humana, essencialmente injusta e anárquica, contrapunhamos a ideia de diferença que implica a hierarquia dos valores e a coesão da disciplina, sob o império da autoridade.²⁸

Tal veto à participação popular na política irá definir a defesa das monarquias hereditárias em detrimento dos regimes liberais (monárquicos ou republicano). Sardenha disserta que não há “Nada mais antinatural nem mais anticientífico do que a ilusão jacobina! A hereditariedade do poder, pelo contrário, é um facto da natureza, afiançado nas relações da sociabilidade humana pelos exemplos do passado”²⁹.

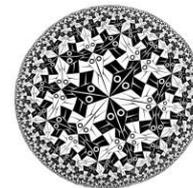
Deste modo, o mito do Portugal pequeno, rural e monárquico presente na teoria integralista é trazido à tona como fórmula de legitimação da postura política investida pelo movimento. Logo, os pilares de suporte teórico do IL são o tradicionalismo, o municipalismo, o

²⁶ ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano*, p. 46. Captado em: www.causanacional.net. Acesso em 16 mar. 2011.

²⁷ _____. *O Integralismo Lusitano*, p. 46. Captado em: www.causanacional.net. Acesso em 16 mar. 2011.

²⁸ RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano*, p. 41-42.

²⁹ SARDINHA, Antônio. *Ao Ritmo da Ampulbeta*, p. 128.



anti-cosmopolitismo e o anti-liberalismo. Os integralistas unificam internamente os símbolos, os ritos e códigos compartilhados pelo movimento, possuindo certa homogeneidade quanto às formas de compreender o passado e vivenciar o presente, guiados pela tradição. Estes sinais de significação costuraram a identidade entre os membros do grupo.

Embora compostos por elementos vindos de estratos sociais e econômicos privilegiados da sociedade portuguesa, não são estas as características definidoras de pertença entre seus integrantes. A identidade compartilhada pelos seus membros é dada a partir do modo de entender o passado e a formação do Estado português. A consolidação desta identidade será realizada através da retórica legitimatória lançada pelo movimento, que resultará na explicação da missão histórica do IL enquanto movimento apto a promover o retorno de Portugal aos tempos áureos do império ultra-marino. Fazem parte deste projeto a rejeição às práticas cosmopolitas, mantendo longe das fronteiras nacionais o individualismo liberal, o comunismo e a industrialização.

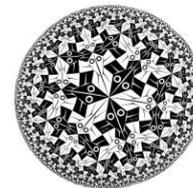
Desta forma, os aspectos que identificam os adeptos do IL estão voltados para as relações de compartilhamento de identidades e códigos que estes estabeleciam entre si, e para com a sociedade portuguesa. Viam-se como diferentes das massas iletradas, rejeitando por isso, o sufrágio, o parlamentarismo, ou qualquer mecanismo que possibilitasse o acesso popular às esferas de decisão. Desta forma, há no IL dualismo e continuidade entre passado e futuro, conforme expõe Lloyd-Jones.

Integralism's project vision of Portugal stressed the past over the present and the present over the future, they attempted to recreate a mythical 'golden age' that could operate in the spirit, *a maneira de ser e de ver*, that would develop as a motivational myth driving a backwards toward a idyllic society that was agrarian, comunal, self-sufficient, protecionista, paternalist an nationalist. [O projeto da visão integralista de Portugal sublinha o passado sobre o presente e o presente sobre o futuro, eles tentavam recriar uma mítica 'idade dourada' que podia ser operada no espírito, *a maneira de ser e de ver*, isso poderia desenvolver como um mito motivacional que dirige às avessas junto a uma idílica sociedade agrária, comunal, auto-suficiente, protecionista, paternalista e nacionalista.](Tradução nossa)³⁰

AIB: da composição social ao arcabouço teórico

A Ação Integralista Brasileira possuiu como setores sociais hegemônicos em suas fileiras

30 LLOYD-JONES, Stewart. "Integralismo Lusitano: Made in France." In. *Revista Penélope*. Lisboa. N° 28. p. pp. 93-106, 2003.



as classes médias³¹. Tais estratos da sociedade brasileira, embora considerada a expansão industrial vivida no país durante a década de 1920, não possuíam voz política. As esferas do Poder Oficial eram tomadas pelas oligarquias latifundiárias, não havendo espaço para a inserção de novos atores políticos, vindos de outros setores sociais, nas instâncias de poder público. Todavia, a ascensão de Vargas ao governo abriu novas possibilidades no cenário político para estes personagens, antes marginalizados das tomadas de decisão.

Este novo contexto inaugurado com a “Revolução de 1930” foi propício para as classes médias da sociedade (profissionais liberais, militares de patentes intermediárias e baixa, industriais) contestarem o coronelismo, a concentração de poder nas mãos de líderes locais e a debilidade do modelo econômico e político liberal. Nestas críticas, alguns representantes dos setores sociais antes marginalizados do poder, ansiavam por um Estado de feições protecionista e autoritária, visando o combate ao “perigo vermelho” representado pelo comunismo, assim como ao liberalismo político e econômico.

É neste contexto que a AIB surge, absorvendo os elementos que descontentes com a situação das oligarquias tradicionais, não estavam confortáveis com a política pendular do Governo Vargas em seus primeiros anos, ora atendendo as solicitações dos setores industriais, ora fornecendo direitos trabalhistas ao operariado. Desta forma, a Ação Integralista recebe contribuição - tanto física, em suas fileiras, quanto ideológica em sua teoria - de segmentos profissionais liberais, de parcela de jovens militares motivados pela experiência “tenentista”, entre outros representantes das classes médias.

Diante desta influência exercida, o discurso integralista foi, em grande parte, feito pela e voltado para as classes que começavam a despontar na política nacional. Por possuir configuração de movimentos de massas, existiam publicações voltadas tanto para o contingente de militantes, quanto para os escalões superiores do movimento, bem como as elites (intelectuais e econômicas) da sociedade brasileira, que se encontravam fora dele. Segundo Rosa Maria Cavallari, “Havia níveis diferenciados de transmissão dessas ideias. Assim, existiam na *Bibliografia Integralista* livros destinados às *massas populares* e livros destinados aos *políticos e intelectuais*”³². Isto fica evidente no prefácio da primeira edição de *Psicologia da Revolução*: “Este livro não é um livro para o povo, mas

31 cf.: TRINDADE, Hêlgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. São Paulo, Difel/ Porto Alegre: UFRGS, 1974. p. 140-142; CHAUÍ, Marilena. “Apontamentos para uma crítica a Ação Integralista”. In: CHAUÍ, Marilena & Franco, Maria Sylvania de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 53-54. 1978.

32 CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, S.P.: EDUSC, 1990, p. 129. (Grifo do original)



para os que pretendem influir nos destinos do povo./ Aos políticos e intelectuais é que me dirijo nestas páginas”³³.

O contexto era de levantes grevistas mobilizados pelo operariado, reivindicando melhorias nas condições salariais e de trabalho, disseminando entre as classes médias o medo da proletarização, assim como da ameaça da invasão da ideologia comunista no Brasil. Através destes temores, a AIB tece críticas ao liberalismo, acusando-o de cumplicidade com o comunismo. Diante da situação de colapso econômico pós-1929, Salgado também não polpa críticas ao capitalismo monopolista. Desta forma, através de uma série de simplificações Salgado conclui que “[...] Capitalismo e Comunismo são dois nomes para designar a mesma coisa: o materialismo. Ambos desejam o mesmo clima político: a liberal-democracia”³⁴.

Tal como é comum nos movimentos de extrema-direita, a AIB buscava se colocar como uma “terceira via” entre o Capitalismo e o Socialismo. Plínio Salgado declara “Já temos repetido muitas vezes, nunca julgamos pouco repetir: para a nossa visão totalitária da sociedade, do mundo e das nações não existe nem 'esquerda' e nem 'direita', por conseguinte não consideramos também um 'centro', nem 'meias-direitas' ou 'meias-esquerdas’”³⁵. Desta forma, visando minimizar, ou mesmo extinguir conflitos presentes na sociedade brasileira daquele contexto, sem, no entanto, alterar a hierarquia social existente, o integralismo via no corporativismo a alternativa para o regime liberal sem, no entanto, lançar mão do socialismo soviético.

Miguel Reale – chefe nacional do Departamento de Doutrina –, no intuito de organizar o sistema educacional integralista, via no corporativismo um modelo ideal para guiar os rumos do movimento. Reale assinala que “A cultura deve ser proporcionada às massas. O desenvolvimento da indústria e o desenvolvimento econômico dos trabalhadores exigem ampla instrução profissional. É preciso que a fábrica não se separe da escola, assim como é preciso que o Capital não se separe do Trabalho”³⁶.

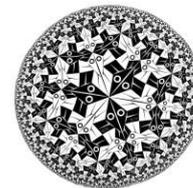
É interessante perceber que esta alternativa, o corporativismo, era tratada por Plínio Salgado como sendo a “Democracia Cristã” para substituir a liberal-democracia. “Os partidos só podem se extinguir, organizando a verdadeira democracia cristã, que é o Estado Corporativo. Não haverá descontentes nem perseguidos, porque todos os homens inscritos agora nos partidos

33 SALGADO, Plínio. “Psicologia da Revolução”. In: *Obras Completas*. v. 7. São Paulo: Editora das Américas, 1955, p. 9.

34 _____. “Páginas de Ontem”. In: *Obras Completas*. v.10. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 229.

35 _____. “Palavra Nova de Tempos Novos”. in. *Obras Completas*. Vol. 7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 249.

36 REALE, Miguel. *Obras Políticas* (1ª fase – 1931/1937). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 32.



são brasileiros e pertencem a uma profissão”³⁷. Nesta referência, acusa-se a presença da religiosidade vinculada a teoria integralista, porém, com menor intensidade em relação à vista no II.

O anti-liberalismo, expresso pelo anseio do corporativismo e pela intenção de abolir as agremiações partidárias foi, portanto, agregado ao catolicismo – religião predominante, embora não a única, entre os militantes da AIB, e majoritária na população brasileira dos anos 1930. Além do catolicismo, outros foram os motivos que levaram a teoria do integralismo para o combate ao liberalismo. O modelo liberal era visto pela teoria da AIB como “porta de entrada” para o cosmopolitismo, levando Reale ao alerta:

Não nos iludamos. Os partidos da liberal-democracia, ou que melhor nome tenha, não passam de instrumentos inconscientes manobrados com extrema habilidade por certos medalhões que fingem amor ao Brasil, não passam de hóspedes de nossa terra, de habitantes que enxergam a pátria unicamente sob o ângulo visual do interesse metálico.³⁸

Tal como no II, as opiniões na AIB não se faziam de modo unívoco. Embora o anti-cosmopolitismo seja fator comum no interior da AIB, tal postura leva a conclusões distintas. Plínio Salgado defendia um projeto econômico essencialmente agrário para o Brasil, pois entendia a máquina operando em cumplicidade com o liberalismo.

O liberalismo econômico deu forças suficientes à máquina, que a ciência e o gênio inventivo aperfeiçoaram nos mínimos detalhes; e as invenções exerceram sobre os homens aquele magnetismo previsto por Gabriel Tarde. A máquina enxotou o homem das cidades, depois de o ter chamada para a ilusória fartura. A máquina produzirá muito; produzirá para o fogo e para o mar; não produzirá para o seu criador. A máquina criará castas soberbas que fulgurarão no luxo e no esplendor, mas que estarão sempre inquietas, pois a cada dia a novos condenados por ela, a descer para a feroz proletarização.³⁹

Nesta esteira Salgado acentua o caráter pernicioso da máquina, expressando que “Quanto mais à máquina se aperfeiçoar, quanto mais eficiente ela se torna, teremos como conseqüência: a vulgarização em massa dos artefatos, o aumento da oferta pelo barateamento e perfectibilidade dos produtos”⁴⁰, concluindo que “Dentro das próprias leis da Economia Clássica, a predominância do produto agrário sobre os produtos industriais vai ser uma fatalidade neste

37 SALGADO, Plínio. “Páginas de Ontem”, p. 204.

38 REALE, Miguel. *Obras Políticas*, p.177-178.

39 SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. In: *Obras Completas*. Vol. 5. São Paulo: Editôra das Américas, 1957, p. 57.

40 SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*, p. 72.



século”⁴¹.

Reale, em oposição, afirma a industrialização como projeto de desenvolvimento econômico para o Brasil. A partir da defesa voltada para a abordagem técnica do assunto, Miguel Reale sinaliza para a urgência do desenvolvimento de uma industrialização nacional, porém, em consórcio com a agricultura. Sobre a necessidade da criação de um parque industrial vigoroso, o integrante da AIB afirma que “O problema industrial brasileiro tem tal relevância que urge criar as situações indispensáveis ao seu mais rápido e orgânico desenvolvimento, dando-lhes bases mais sólidas, prevendo as funestas conseqüências do atual estado das coisas”⁴². E encerra citando São Paulo como exemplo,

Como se vê, equivalem essas forças de tal sorte que a mais *agrícola* das unidades da Federação é também a mais *industrial*. O que nos cumpre fazer é assegurar essa correspondência de valores produtivos, dando à economia brasileira a saúde que resulta sempre de um harmônico desdobramento das fontes de riqueza.⁴³

Em outro ponto da teoria integralista, há a necessidade de estender-se ao longo do território nacional enquanto ideologia hegemônica no Brasil, considerando as franjas militantes mais afastadas geográfica e ideologicamente, visando imbuir de unidade a fisionomia da AIB. Desta forma, os jornais cumpriam papel importante para a integridade teórica da AIB. Segundo Cavalari:

O jornal era organizado não só com o fim precípua de doutrinar, mas, mais do que isso, de transmitir a doutrina de modo uniforme. Os jornais do interior, aqueles que chegavam ao militante mais distante, eram organizados de modo a reproduzir os jornais maiores, editados nos grandes centros onde se concentrava a elite dirigente do Movimento. No caso, São Paulo e Rio de Janeiro.⁴⁴

Visando assegurar e acentuar a unidade do movimento, a Ação Integralista Brasileira contava com um amplo conjunto simbólico e ritual visando à conservação da identidade e da coesão. Além de garantir o que Plínio Salgado chama de “ordem espiritual e moral”, através da “(...) criação de uma extraordinária unidade de pensamento e sentimentos, que exprime pelo mesmo ritmo de atitudes, desde o Amazonas ao Rio Grande”⁴⁵, este conjunto rígido de símbolos e rituais definiria o status hierárquico entre os elementos do movimento, a partir de uniformes, patentes paramilitares, saudações e outras características específicas ao movimentos, que os

41 _____. A Quarta Humanidade, p. 72.

42 REALE, Miguel. *Obras Políticas*, p. 129.

43 _____. *Obras Políticas*, p. 130.

44 CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ...* p. 79.

45 SALGADO, Plínio. *Páginas de Ontem*, p. 196.



definiria enquanto membros da AIB.

Os rituais integralistas expandiram-se para além do movimento em circunstâncias tais como batismos, casamentos e funerais de militantes da AIB, infiltrando-se em cerimônias religiosas e civis. Este amplo aparato disponibilizado pela AIB tinha como razão a necessidade de permear todos os espaços da vida do militante, derrubando fronteiras entre o público e a vida particular, tornando-o caixa de ressonância do integralismo. Ao se atingir este patamar, o integralismo teria realizado a sua *Revolução Interior*.

A guisa de conclusão, a AIB consolidava-se tanto em sua teoria quanto em sua organização física como movimento de tonalidades totalitárias, patrocinado por elementos advindos de setores intermediários da sociedade brasileira, que reivindicavam maior participação na vida política do país. Desta forma, os integralistas faziam oposição a formula política oligárquica, federalista e liberal, oferecendo como alternativa o corporativismo. Como proposta econômica, embora existisse uma corrente no interior do movimento que via com simpatia o desenvolvimento da indústria nacional, a via agrária era vista pelo chefe nacional Plínio Salgado como método seguro de afastar as ideias cosmopolitas e o imperialismo, tanto capitalista quanto socialista.

Considerações Finais

Ao colocar IL e AIB lado a lado, percebe-se que estes não são o mesmo grupo em locais geograficamente distintos. As especificidades dos dois movimentos fazem-se evidentes, sejam pelas conjunturas internas passadas pelos países em que surgiram, seja pela composição social que predominam nestes movimentos. Enquanto o IL é tomado pelo aristocratismo - como destaca António Costa Pinto - e pela postura de elitismo intelectual, a AIB é formada por setores médios da sociedade brasileira. Ainda que ambos sejam movimentos reacionários às mudanças econômicas e políticas internas aos seus países, o conservadorismo inerente no IL e na AIB encontra práticas divergentes de manifestação.

No IL há o apelo ao conservadorismo através da restauração do regime monárquico, em suas formas utópicas concebidas, em consórcio com o catolicismo, presente ao longo da teoria luso-integralista. Na AIB a religião católica, ainda que predominante entre os militantes, não possuiu o grau de importância tomado em seu homônimo português.

Segundo Gilberto Calil, o veto à ideia do integralismo em consolidar-se movimento confessional estaria atrelado à razão de, se assim fosse feito, haver a restrição à entrada de



simpatizantes vindos de outras religiões, e de regiões de colonização europeia, onde o catolicismo não fosse predominante.

Salgado, no entanto, avaliava que o caráter confessional (que alguns atribuíam ao movimento) limitava sua eficácia, especialmente nas regiões de colonização germânica. A AIB afirmou-se espiritualista e cristã, abrindo o integralismo às religiões da reforma e rejeitando a opção por um partido confessional, sem no entanto, abrir-se às religiões não-cristãs, consideradas usualmente como bárbaras a avessas à tradição nacional.⁴⁶

Deste modo, Plínio Salgado nega ao monopólio religioso do catolicismo no interior do integralismo, ao conclamar todas as religiões cristãs a combateram juntas o perigo materialista que colocava em risco a nação.

É isso que se chama “ordem espiritual e moral”, confraternização de “todos os que, acreditando num Deus, fazem d’Ele o fundamento de toda ordem social” conforme diz a Encíclica de Pio XI, cujo texto foi compreendido pelos Integralistas tanto católicos, como luteranos, presbiterianos e espíritas, pois hoje formamos a frente única espiritual, arrebatada pela bandeira de Deus, da Pátria e da Família, disposta a todos os sacrifícios para salvar a Nação das garras do materialismo do século.⁴⁷

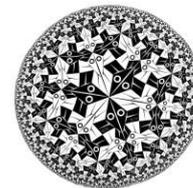
Tal atitude de procurar afastar o movimento da configuração puramente católica, não deve ser visto como mero “cálculo” estratégico no intuito de alcançar maior número de adeptos. Embora a AIB fosse aberta a todos os cristãos, de forma genérica, a identidade católica nunca deixou de se mostrar evidente nos escritos de Plínio Salgado e demais lideranças do grupo. Alguns dirigentes procuravam demarcar a distância entre sua devoção religiosa e sua atuação política, mas, ainda assim, a tensão existente na tentativa de afastar o Estado da Igreja mostrava-se em diversas ocasiões. Reale, por exemplo, assinala: “O Estado Integral não é agnóstico como é o Estado Liberal Democrático, mas também não é sectário. O Integralismo exige que toda camisa-verde seja espiritualista e fundamente no princípio de Deus todo o tipo de ordem social”⁴⁸.

As divergências estão presentes entre os dois integralismos, reveladas através de projetos políticos específicos, assim como pelas formas de organização e prática das relações sociais e simbólicas fomentadas pelos dois movimentos. Por posicionar-se como um movimento de elite e voltado para a elite, os rituais, códigos e símbolos compartilhados entre os membros do IL eram restritos, justamente para identificar os integrantes, e segregar aqueles que estavam do “lado de

46 CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra: A formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIUCRS, 2001, p. 43.

47 SALGADO, Plínio. *Doutrina do Sigma*. In: *Páginas de Ontem*, p. 196.

48 REALE, Miguel. *Obras Políticas*, p. 34.



fora”.

A AIB, por outro lado, por ser um movimento de massas, necessitava de tornar público seus rituais e práticas simbólicas, no intuito de difundir-las e fomentar a identidade entre os integrantes do movimento, ainda que estes se encontrassem geograficamente afastados; todavia, o uso de uniformes e outros símbolos, tais como as saudações de “Anauê”, os ritos de iniciação e as marchas, estabeleciam fronteiras entre os integrantes do movimento, e aqueles que não pertenciam a ele.

Tais distinções eram percebidas pelos próprios integralistas e ex-integralistas. Por outro lado, eram reconhecidos os pontos semelhantes existentes entre IL e AIB. João Fábio Bertonha, em artigo recente, analisa o contato de Plínio Salgado com elementos do IL e do Nacional Sindicalismo (vertente fascista do IL), no momento em que o líder da AIB encontrava-se exilado em Portugal (1939-1946). Neste artigo, Bertonha supõe que:

Os integralistas lusitanos devem ter discordado do caráter republicano do integralismo brasileiro, da sua ambição em mobilizar as massas populares, e do seu caráter cristão, mas não totalmente católico. Ainda assim, é provável que tenha havido mais simpatia que discordância, dados os claros pontos de afinidade na crítica anti-liberal e anti-comunista.⁴⁹

Além destas semelhanças apontadas por Bertonha, é perceptível - ao menos na contribuição de Plínio Salgado à teoria da AIB - a rejeição à industrialização e à mecanização da produção. Tanto para o IL quanto para o líder do integralismo brasileiro, tal modernização da força de trabalho estaria acompanhada da inserção de práticas liberais, cosmopolitas e estrangeiras, conforme pode ser demonstrado ao longo do artigo.

Outro fator de ressonância entre os dois movimentos está na opção pelo corporativismo como modelo de organização da política, econômica e social, ainda que no IL este venha acompanhado da Monarquia - aspecto que não encontra correspondência na AIB. A concepção do Estado, para o Integralismo Lusitano, seria expressa pela associação da ruptura com a ordem liberal-republicana, estabelecida em Portugal desde 1911, com a recuperação da “monarquia orgânica”. António Sardinha expressava este modelo de Estado nos seguintes moldes: “*Nuevo Estado en la patria vieja! Estado orgánico en la sociedad organizada, o mejor todavía: estado antiparlamentario y descentralizado, tan fuerte y unitario en lo político propiamente dicho como descongestionado y simplificado en lo*

49 BERTONHA, João Fábio. Plínio Salgado, o integralismo brasileiro e as suas relações com Portugal (1932-1975). *Análise Social*, Ano XLVI, p. 70-71, 2011.



económico y administrativo” [Grifo do Original].⁵⁰

O Estado Integralista desenhado pela AIB caminhava, similar ao movimento lusitano, para o corporativismo, possuindo contornos totalitários. Miguel Reale destaca a fórmula do corporativismo em detrimento do federalismo, como alternativa política adotada aos projetos da AIB. Seguindo as convicções do autor, o regime federativo conspira contra o Poder Central, ao incentivar o fortalecimento das oligarquias regionais e a proliferação de lideranças locais. Reale assinala que aqueles que defendem o sistema político em vigor:

Não percebem que é ilusório o antagonismo entre o poder central e a vida das províncias. Não compreendem que deve haver uma unidade de direção, mas uma pluralidade de meios de execução. (...). Eis porque dizemos – *Centralização política e descentralização administrativa* – para que uma unidade de fins se realize mediante uma pluralidade de meios de formas.⁵¹

Outros pontos, menos teóricos, fazem-se reveladores das semelhanças entre os movimentos em questão. Ao se folhear os veículos de divulgação da AIB, percebe-se a correspondência com o IL. Estratégias comuns são utilizadas cumprindo objetivos que vão desde disseminação doutrinária até a arrecadação de investimentos, através da propaganda de produtos para comércio, vinculados aos movimentos.

A revista *Nação Portuguesa*, órgão do IL, embora se denominasse como revista de “cultura nacionalista”, portanto voltada à teoria integralista, possuía anúncios publicitários, tais como “UROQUINOL: Poderoso dissolvente do ACIDO URICO indicado no ARTRITISMO – Reumatismo – Gota – Obesidade – Cólicas nefríticas e hepáticas – Instituto Pasteur de Lisboa: Lisboa: R.N. do Almada, 69/ Porto: R. dos Clérigos, 36”⁵². Os integralistas do Brasil iam mais longe, anunciando seus próprios produtos nos jornais do movimento: “Integralistas!/ A Pátria precisa de homens VIGOROSOS E FORTES./ Força e vigor só se adquire bebendo “QUINO FERROL PALOMANE” (Fórmula do Dr. Luiz Bento Palomane)/ Cumpra seu dever usando-o com frequencia”⁵³.

Quanto às estratégias voltadas para a difusão doutrinária, as semelhanças são persistentes. Rosa Maria Cavalari assinala que era comum nos jornais da AIB a transcrição literal

50 SARDINHA, António. *La Alianza Peninsular*. Tradução para o espanhol de Marqués de Quintamar – Conde de Santibañez del Rio. Madrid: Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, 1930, p. 323.

51 REALE, Miguel. *Obras Políticas*, p.30.

52 NAÇÃO PORTUGUESA: Revista Cultura Nacionalista. Lisboa, Nº 1, 3ª série. 1924. p. 67. Real Gabinete Português da Leitura: RGPL 4UU6, Registro 207116, CDU: 050.

53 *O Nacionalista*, Araraquara, ano I, n. 5, e de fevereiro de 1935, p. 5. *apud*. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ...* p. 102.



de trechos, artigos e colunas existentes em outros livros e jornais vinculados ao movimento⁵⁴. Tal característica era utilizada também pelos IL.

Ao fazer revisão sobre o esforço de colonização português, Hipólito Raposo apresenta o seguinte trecho: “Tinha Marrocos recursos materiais que valessem o sacrifício de o conquistar e manter para o Reino a para a fé cristã? A não termos desviado para o mar, embarcando nas naus quasi todos os homens válidos, poderia o nosso domínio tornar-se definitivo, (...)?”⁵⁵. Frase semelhante já havia sido dita por Manuel Múrias, algumas páginas antes da seguinte forma: “Lembre-mo-os que se um dia na mesma armada emigrassem todos os portugueses, nem assim alcançariam povoar o imenso território de que, por um prodígio incompreensível sem o auxílio dos Jesuítas e da política sapientíssima dos reis, fizemos mais tarde no Brasil”⁵⁶.

Nesta medida, embora vistas as dissonâncias presentes no grau de penetração do catolicismo, na opção pelas fórmulas políticas escolhidas para cada Estado Integralista (IL - monarquia orgânica; AIB – ditadura republicana), além do grau de envolvimento e mobilização das massas em direção à esfera política (IL – mobilização nula; AIB – alta mobilização das massas); há aspectos, conforme acima apresentado, que, se não identificam ambos os grupos como movimentos integralistas, ao menos os tornam próximos.

Enviado em: 14/04/2012.
Aprovado em: 15/05/2012.

54 CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ...* p. 96.

55 RAPOSO, Hipólito. Lança em África (A pretexto da 'História de Arzila'). In: *NAÇÃO PORTUGUESA:...* , 1924, p. 268.

56 MÚRIAS, Manuel. A política de África de El-Rei D. Sebastião. In: *NAÇÃO PORTUGUESA:...* .1924, p. 254.